



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### ATA N.º 17

#### 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Parente (em substituição de António Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, Manuela Pedroso (em substituição de João Cardoso, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís David de Moreira Testa, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Branca José Janeiro Santana, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Magda Mão de Ferro (em substituição de Ana Maria Soares Lopes, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Eugénio Barbosa (em substituição de Rui Simplício, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, Vera Alexandra Caixeiro, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:15 horas. -----

#### Intervenção do público:

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente da Mesa informou o público presente na sala que em reunião de conferência de representantes tinha ficado definido que o período de intervenção dos cidadãos era de 20 minutos, perguntando aos presentes se alguém pretendia intervir. -----

Solicitando o uso da palavra, Manuel Vilela disse que entendia que o ponto 7 da ordem de trabalhos não devia ir àquela sessão da Assembleia Municipal, porque ao ter lido parte da ata da reunião de Câmara estava lá referido que a taxa municipal de direitos de passagem e a derrama seriam para vigorar no ano de 2016, mas quando falavam no IMI referiam-se a 2015. Portanto, havia ali um contrassenso, pois estavam a fazer uma lei com efeitos retroativos. Uma vez que já tinham passado três quartos do ano de 2015, entendia que estava a ser lesado, pois a Câmara estava a querer fazer uma lei que iria aumentar em 25% o imposto municipal sobre os imóveis e com efeitos retroativos. Na sua opinião, o procedimento não era legal e muito menos moral. Solicitou ao executivo que apreciasse novamente o ponto 7. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que decorria da lei que em 2015 estavam a pagar o imposto de 2014 e assim sucessivamente. Portanto, em 2016 iriam pagar o de 2015. --

Novamente no uso da palavra, Manuela Vilela referiu que no caso do pagamento do IRS, os valores a pagar eram definidos antes do ano se iniciar. O que estava ali em causa era o *timing* e a Câmara podia, obviamente, aprovar o valor do IMI quando entendesse, mas não poderia ser com 9 meses de retroativos. Contudo, se o quisessem fazer, com efeitos a partir daquela data, deveriam cobrar 9 meses à taxa atual e os restantes pela nova taxa. Se existissem dúvidas, a Assembleia deveria deixar aquele ponto para trás, para que os juristas se pronunciassem sobre o assunto. Por último disse à Presidente da Câmara que uma ilegalidade, por ser praticada diversas vezes não se tornava legal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa adiantou a informação de que, provavelmente, a retirada daquele ponto seria ali colocada à votação. -----

Solicitando o uso da palavra, Pedro Galego, morador na Horta dos Clérigos, em Portalegre, disse que o estado em que se encontrava a Rua José Duro, nos Assentos, era lastimável. A rua estava completamente esburacada e antes que chegasse a estação das chuvas, pretendeu saber se o executivo tinha alguma solução prevista, pois até os acessos à urbanização dos Clérigos já se encontravam bastante danificados.-----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara informou que os moradores daquela rua já tinham recebido um aviso dos SMAT, a propósito da intervenção que iria ser feita. O procedimento estava feito de modo a iniciarem as obras naquela rua. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público passou-se ao período de Antes da Ordem do Dia.-----

### **Período antes da Ordem do Dia:**

A Presidente da Mesa informou acerca dos pedidos de substituição dos membros, bem como do expediente recebido pelos serviços de apoio à Assembleia Municipal. -----

Seguidamente pediu a palavra Fernando Areias que disse ter tido oportunidade de assistir a uma reunião de Câmara, enquanto público. Na mesma, o vereador Miguel Monteiro suscitou uma questão relativa à não realização da feira da cerveja artesanal, em Portalegre, por uma empresa espanhola. Perguntou à Presidente da Câmara porque razão aquela feira não se tinha realizado em Portalegre, acabando por ter ido para a Figueira da Foz. -----

Hugo Capote que interveio depois, disse que a CDU tinha duas moções para apresentar. Perguntou à Mesa se seria oportuno apresentá-las antes ou depois das respostas da Presidente de Câmara-----

A Presidente da Mesa referiu que seriam colocadas todas as questões primeiro. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro perguntou ao executivo qual era o ponto da situação do contrato com a Resopark (parques de estacionamento)-----

No uso da palavra, Sílvia Relvas questionou a Presidente da Câmara acerca da situação em que se encontrava a candidatura das tapeçarias a património imaterial da humanidade-----

Concedida a palavra à Presidente da Câmara, para resposta às questões suscitadas, a mesma disse relativamente à feira da cerveja terem sido contactados por um empresário espanhol que pretendia realizar cá um festival da cerveja. O mesmo enviou um e-mail para a Câmara e, na altura, considerou-se que o mail era insuficiente para poder levar o assunto a reunião do executivo, uma vez que era necessário discriminar o pedido e fundamentá-lo, como habitualmente. Naquele sentido, disse ter ligado ao requerente, informando-o de que para para fazer uma melhor análise e poder levar o assunto à reunião de Câmara, deveria enviar um e-mail mais detalhado, relativamente ao espaço aos moldes de realização do festival. O interessado aceitou em enviar o e-mail, no entanto, nunca chegou a enviá-lo. Posteriormente, esteve na presença de um empresário de Portalegre, o qual também fabrica cerveja artesanal, que lhe disse estar interessado em realizar um festival da cerveja. Também foi informado dos trâmites e dos detalhes e deu a entender que não o realizaria este ano, mas sim futuramente. Relativamente à questão da Resopark, o contrato foi deliberado em reunião de Câmara e ficou renovado.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto à candidatura das tapeçarias a património da humanidade, informou que foi feita uma proposta à Manufatura das Tapeçarias que não a tinha aceite. Decorreu algum tempo desde a reunião com o Presidente da Entidade Regional de Turismo, que tinha feito a proposta e, entretanto, tinham falado com a responsável da manufatura, a qual não tinha demonstrado muito interesse. A Câmara estava, obviamente, interessada e aguardava para saber do desfecho da questão. -----

No uso da palavra, Fernando Areias disse que a Câmara deveria confiar a realização de certo tipo de eventos a empresas que tivessem *knowhow* na matéria. E perguntou ao executivo se era daquela forma que queriam acolher quem queria investir em Portalegre, adiantando que assim não conseguiriam promover o concelho, nem cativar os investidores. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro, relativamente à prorrogação do contrato com a Resopark, perguntou à Presidente da Câmara o que é que se tinha alterado desde a resposta que lhe tinham dado em 30.06.15, a informar de que o concurso iria primeiro à reunião de Câmara e à Assembleia para se lançar a contratualização. Perguntou porque é que não optaram por outra solução, em vez de renovar por mais oito anos. Considerava o assunto do estacionamento era importante demais para Portalegre, mas o executivo optou por enviar 55% das receitas do mesmo para Lisboa. Existiam outras soluções mais viáveis, contudo não houve disponibilidade para ouvir mais opiniões. Mais referiu que no dia 06.07.15, na capa do Jornal de Notícias, leu uma notícia que lhe chamou a atenção e que dizia o seguinte: “Faliram 2484 empresas desde janeiro, sendo o comércio a retalho o setor mais afetado. Portalegre, Braga e Vila Real é onde existe o maior aumento de falências.” Portanto, já se percebia que não seria através do estacionamento que iriam conseguir uma aposta para inverter a situação. -----

A Presidente da Câmara informou que se tinha renovado o contrato porque as propostas que tinham sido feitas foram aceites pela Resopark. Uma das reivindicações que foi aceite foi a oferta da primeira hora de estacionamento no mercado, durante os sábados. Quanto às três cidades mencionadas, disse que eram, de facto, as cidades do interior do país que tinham mais dificuldades, por terem algumas características em comum. Relativamente a Portalegre, era a cidade do interior que mais tinha contribuído para o produto interno bruto português. --

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara se tinha recebido o primeiro e-mail, referente à festa da cerveja, cujo teor manifestava a intenção da realização do evento e em caso afirmativo porque é que não tinha recebido os outros onde dizia tudo o que a própria tinha apontado como justificação da não realização do evento. -----

Em resposta, a Presidente disse que o que pediram ao requerente foi para ser mais objetivo. Era necessário saber qual a intensidade da luz, para saber se havia capacidade, ou não. Todos os pedidos têm de ser devidamente discriminados para saber se é preciso solicitar reforço à EDP. Normalmente fazia-se um caderno de encargos para planejar os eventos. -----

No uso da palavra, Luís Alentejano disse que aquele era um não assunto, uma vez que o endereço dos restantes e-mails enviados pelo requerente estava errado. Apenas o primeiro estava certo, o que se confirmou. -----

Novamente no uso da palavra, Fernando Areias disse que o ficava ali patente era o facto de uma hipótese de investimento na cidade ter sido descartada pelo executivo camarário. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse não ter ficado esclarecido quanto à opção tomada pela Presidente, em relação ao contrato com a Resopark. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Embora a Presidente tivesse desafiado a que alguém apresentasse propostas concretas, lembrou que já em outubro de 2014 tinha apresentado várias propostas sobre aquele assunto. Entregou à Mesa um documento e solicitou à Presidente da Mesa que o mesmo fizesse parte integrante da ata e também que chegasse às mãos da Presidente da Câmara. Assim como já tinha feito várias intervenções direcionadas para o desenvolvimento económico, salientou que era naquela área que estaria a resolução de muitos dos problemas da região e, portanto, também entregava à Mesa outro documento, que solicitou fosse entregue à Presidente da Câmara. Perante tal, entendia que o maior entrave era a falta de acolhimento das propostas e da aceitação dos caminhos indicados pelos vereadores da oposição. -----

No uso da palavra, Hugo Capote, em nome da bancada da CDU apresentou duas moções.-----

Relativamente à primeira disse que enquanto a qualidade da água disponível piora constantemente, em alguns lugares cresce a tendência para se privatizar este recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita às leis do mercado. Na realidade, o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício de outros direitos humanos. E de seguida passou a ler a Moção. -----

### **Moção sobre a criação do conselho consultivo das Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A.**

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre vêm apresentar uma moção em defesa de 3 valores que consideramos essenciais e que julgamos serem partilhados por todos, nesta Assembleia:

1 - o primeiro valor reside na defesa da gestão pública da água, um bem essencial a toda a humanidade e que não podemos correr o risco de ficar dependentes de gestores de “excelência” como Ricardo Salgado ou Oliveira e Costa, apontados durante anos como exemplos de gestão e eficiência.

Os erros na banca pagam-se com défices “contabilísticos”.

Os erros na gestão da água pagam-se com vidas humanas.

2 - o segundo valor a que nos referimos assenta na defesa da autonomia do Poder Local, no qual assentou a transformação do nosso país, um país democrático e com uma cidadania ainda ativa.

Não podemos aceitar uma menorização dos eleitos locais, bem expressa no regulamento do conselho consultivo da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. em que está vedada a presidência a um presidente de câmara eleito e em que o próprio parecer deste conselho será apenas um verbo de encher.

Não nos chega já o exemplo do que foi a criação da empresa Águas do Norte Alentejano e dos graves problemas que a sua gestão trouxe ao nosso município.

3 - E, finalmente, o 3.º valor: a defesa de Portalegre.

Poderemos engolir mais uma vez a humilhação de ter uma empresa que vai gerir a água pública do nosso distrito e concelho, com sede na...Guarda!

Na Guarda? Foi para ratificarmos estas humilhações que os portalegrenses nos elegeram?

Vamos assistir a mais uma retirada de serviços e de poder decisório do nosso concelho e ainda batemos palmas?

Que reação terão os portalegrenses, os nossos conterrâneos quando souberem que os srs. Deputados municipais nada fizeram para contestar esta decisão?

A CDU vem propor que a Assembleia municipal de Portalegre, reunida a 28 de setembro de 2015, aprove uma moção que reafirme, desde logo, aquilo que foi já anteriormente aprovado - a nossa oposição à criação da já citada empresa - e que, lógica e conseqüentemente, sugira ao Executivo Camarário a não ratificação/aprovação do conselho consultivo da empresa das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Águas de Lisboa e Vale do Tejo, com sede na Guarda, exortando-o a cumprir o que esta própria Assembleia e o próprio Executivo já tinham decidido.

Qual é o sentido de se dizer que se é contra uma qualquer medida e aprovar o seu primeiro ato formal?

Se os portalegrenses nos elegeram para defendermos os seus interesses e direitos, o que dirão de nós, se não lutarmos contra esta medida, particularmente danosa dos mesmos?"

**Não tendo havido intervenções passou-se à deliberação sobre a mesma.**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra (Cristóvão Crespo e Fernando Areias), 12 abstenções (CLIP), e 13 a favor (CDU e PS), em 27 presenças, aprovar a moção apresentada pela CDU-----

-

**Declaração de voto - PSD/CDS (Cristóvão Crespo)**

“Votei contra por todos os pressupostos que a CDU apresenta nesta moção. Primeiro porque, de facto, não se trata de uma privatização da água; é tornar o sistema sustentável. Quem aprovou o modelo das águas do Norte Alentejano foi, na altura, o vereador da CDU e os vereadores do PS que constituíram e que foram os pais daquele modelo. Portanto, estranho muito os pressupostos da moção e estranho ainda muito mais a votação que o PS tem nesta moção.”

**Declaração de voto - PS (Luís Testa)**

“Em nome do Partido Socialista, nós votamos a favor desta moção e dos pressupostos que ela elenca. Na política nós todos cometemos erros e os erros que se cometem muitas vezes pagam-se caro. Mas os erros do membro Cristóvão Crespo redundam, sistematicamente, no cometimento de mais erros e o problema que nós todos temos nesta assembleia, é percebermos como é que conseguimos defender o nosso concelho de Portalegre, as pessoas que aqui habitam e aqueles que votam em nós. Esta é a questão. Portanto, não compreender isto é não compreender nada do que se passa na política. Porque o primeiro papel de um político em ação não é defender quem manda em si, junto daqueles que o representam, é defender aqueles que representa, junto das tutelas. Relativamente aos pressupostos do Cristóvão Crespo, o deputado falha redondamente, por sistema.”

Hugo Capote apresentou de seguida a segunda Moção, que passou a ler:

“Constatando que no nosso Município temos eleitos locais de primeira categoria e outros de segunda, e recordando que a democracia participada e participativa assenta na criação de possibilidades de participação na vida das comunidades, independentemente das possibilidades económicas de cada cidadão, a CDU vem propor à Assembleia Municipal de Portalegre que recomende vivamente à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Portalegre que faça cumprir a Lei dos Eleitos Locais, pagando as dívidas em atraso aos eleitos locais dos diferentes órgãos autárquicos concelhios.

Na remota hipótese de o município não ter liquidez para tal, propomos que seja sugerido ao executivo que o pagamento das despesas de representação pagas aos vereadores a tempo inteiro sejam suspensos até ao restabelecimento da liquidez financeira, que permita o pagamento total das senhas de presença devidas aos eleitos na Assembleia Municipal e aos vereadores em regime de não permanência.”

**Não tendo havido intervenções passou-se à deliberação.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 13 abstenções (CLIP e Fernando Areias) e 14 votos a favor (CDU, PS, PSD e Jorge Isidro), em 27 presenças, aprovar a moção apresentada pela CDU.-----  
-

A Presidente da Mesa informou de que o período antes da ordem do dia estava prestes a terminar. Perguntou se mais alguém se queria pronunciar -----

Fernando Areias disse querer a palavra para dizer que era lamentável o facto de se chegar ao ponto de se reivindicarem ali as dívidas da Câmara aos membros da Assembleia Municipal.

**No uso da palavra,** Raúl Cordeiro disse que não valia a pena estarem para ali a discutir questões de menor relevância, mas sim a estratégia para Portalegre. O evento emblemático em Portalegre eram as festas da cidade e no atual ano ninguém veio cá. Houve vários eventos à volta da cidade, enquanto na cidade não houve praticamente nada. Independentemente do que foi feito, ter sido bem ou mal feito, foi com certeza com a melhor das intenções e as pessoas aderiram. Portanto, teriam de encontrar uma forma de demonstrar às pessoas que existia uma estratégia. Disse ainda ao membro Cristóvão Crespo que o seu partido deveria olhar para o futuro, sem estar constantemente a apontar culpas. -----

Novamente no uso da palavra, Fernando Areias pretendeu mostrar o seu profundo desagrado e consternação pelo facto da Assembleia Municipal de Portalegre ter chegado àquele ponto, sem se discutir ali o que realmente importava para o concelho. Perante tal, sentia que atualmente a sua presença ali já não se justificava mais, pois não acrescentava nada mais àquela Assembleia. Tinha procurado, através de confronto político com a Presidente da Câmara, que muito respeitava, espicaçar para que o concelho beneficiasse de algumas propostas e objetivos, traçados durante o programa eleitoral da CLIP. Contudo não o conseguiu. Daquele modo, apresentou o seguinte documento: -----

“Fernando José Patrão Areias, membro da Assembleia Municipal de Portalegre, vem junto de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, por esta forma, e de acordo com as disposições legais e regimentais em vigor, informar da sua renúncia ao referido mandato, para o qual foi eleito, em 29 de setembro de 2013, integrado na lista da Coligação Livre e Independente por Portalegre. A referida renúncia tem efeito imediato à data da presente carta.

Aproveito a oportunidade para, na pessoa de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, cumprimentar, sem exceção, os atuais autarcas do município de Portalegre, seja na Câmara municipal, na Assembleia Municipal ou nas Juntas de Freguesia; esperando que todos possam exercer o que resta do atual mandato com a qualidade e a dignidade que os Portalegrenses esperam e merecem.”

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que concordava com o que foi dito pelo membro Raúl Cordeiro, relativamente à estratégia. Já há muito tempo que tem vindo a defender que assim fosse e não restavam dúvidas de que o problema daquele executivo era a falta de um plano estratégico e de ir funcionando ao sabor das marés, sem um rumo certo. Obviamente que as coisas não podiam funcionar assim. -----

### **ORDEM DO DIA:**

**1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presentes os relatórios do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----

Conceição Grilo pediu a palavra e perguntou relativamente ao orçamento e porque não constava na informação da Presidente quais tinham sido os desenvolvimentos acerca do mesmo, desde junho, data da última reunião. -----

No uso da palavra, a Presidente disse que decorreu uma reunião em agosto, acerca do Fundo de Apoio Municipal, para esclarecer alguns pontos, visto que o próprio formulário sofria de constantes modificações. Existiam algumas questões técnicas que precisavam de acertar e, desde então, tinham estado a trabalhar no sentido de preencher as lacunas em falta. Portanto, era pretensão sua ter o documento terminado, o mais breve possível. -----

No uso da palavra, Conceição Grilo perguntou se a Presidente da Câmara continuava a manter atos de gestão diários com um orçamento que era uma ficção e que não correspondia àquilo que era a realidade da receita da autarquia. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que todos os orçamentos partiam de uma linha orientadora e que alguns orçamentos tinham uma execução abaixo do previsível. O Município de Portalegre teve, nos últimos anos, execuções na ordem dos 85% e queriam aproximar-se daquele valor. Estavam a trabalhar dentro daquele pressuposto e foi também assim que ali tinha sido votado e deliberado. -----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que aquela era a primeira assembleia depois da questão do estacionamento e da renovação do contrato com a ResoparK ter sido resolvida pelo executivo camarário. Recordou aos presentes que uma das mais audíveis promessas da campanha eleitoral da CLIP era, precisamente, a reorganização e/ou requalificação do estacionamento pago, pois era uma questão que mexia muito com os portalegrenses. Foi-lhes dito pela Presidente que, durante dois anos, não iriam mexer no contrato em vigor e que só quando terminasse é que podia proceder à alteração do mesmo. No entanto, pelo que se percebia da alteração era que, das condições gravosas que os cidadãos já sofriam ainda foram mais agravadas. Porque iriam passar a ter mais 35% de área de estacionamento de superfície, a pagar. Mais lhes foi dito que toda a questão tinha em contrapartida algumas melhorias, tanto no Largo Frederico Laranjo, como na zona do Mercado onde havia a possibilidade de se ter uma hora gratuita. Contudo, no contrato agora renovado, automaticamente e por mais oito anos, depois de lidas as cláusulas não estava nada escrito acerca daquilo. Depois da questão ter sido suscitada em reuniões de Câmara, a Presidente disse em entrevistas públicas que não haveria aquele acréscimo de pagamento enquanto não houvesse uma discussão profunda e enquanto os portalegrenses não fossem envolvidos. Posto aquilo, perguntou diretamente à Presidente da Câmara Municipal de Portalegre porque é que renovou automaticamente o contrato, por mais oito anos. Perguntou ainda aos elementos da CLIP, aos que tinham dado a cara e defendido tais propostas e a questão de requalificar o estacionamento pago na cidade, se tinham noção de que aquela era mais uma questão problemática, pois iriam concessionar o estacionamento dos parques subterrâneos à empresa que tinha o estacionamento de superfície. Não seria uma falha tamanha na promessa feita aos portalegrenses? -----

A Presidente da Câmara informou que a questão dos 35% a mais não correspondia à verdade. Já tinha clarificado o assunto e não tinha mais nada a acrescentar ao que disse aos órgãos de comunicação. De facto, falou na Praça João Paulo II e no Largo das Descobertas como um número potencial, mas não disse que iria concessionar o conjunto todo de lugares. Podiam ser 5 ou 10 lugares. Quem iria, de algum modo, referir o número seriam as pessoas que lá



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

moravam, uma vez que reclamavam regularmente ao Município sobre a impossibilidade de estacionarem lá os seus carros. Se o Município conseguir concessionar, por exemplo, 10 lugares na Praça João Paulo II, os moradores terão direito a um dístico, pagarão 3 euros por ano, mas sabem que têm sempre aquele lugar disponível. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que a intervenção da Presidente acrescentou um aspeto que ainda tornou mais complicada a situação. Achava que fazia sentido proceder a uma avaliação do funcionamento do estacionamento no mercado, de modo a não ficar condicionado. Visto que o contrato referente ao estacionamento tinha acabado, teria sido o momento indicado para o Município perceber o que não estaria a funcionar. Na sua opinião, o assunto em causa carecia de uma discussão pública alargada, até mesmo naquela Assembleia, em vez de ir somente a reunião do executivo e ficar lá deliberado. O seu grupo não se revia no processo em causa porque, além de ir contra o bom senso comum, continuava sem que se resolvesse um grande problema da cidade. -----

A Presidente da Câmara esclareceu que a questão da Av.<sup>a</sup> das Descobertas e da Praça João Paulo II ainda teria que ir à Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que, mais importante do que as explicações ali dadas, era a Presidente explicar o porquê da adoção daquele modelo e não outro. Aquele assunto mexe com toda a cidade, com os que cá residem e com os que nos visitam. Portanto, era importante ver qual o modelo melhor antes de ser implementado. Defendia que deveria ser a própria Câmara a explorar aquele estacionamento, uma vez que estava com falta de recursos financeiros. Tinham ali uma solução onde, anualmente, poderiam facilmente arrecadar mais cento e tal mil euros, sem mais custos, visto que todo o equipamento que pertencia à Resopark, pertence agora ao município de Portalegre, conforme estava no contrato inicial. A única coisa que a Câmara ou os SMAT tinham de fazer seria uma avença com a empresa para fazer a manutenção dos parquímetros. O modelo adotado não trazia nenhuma vantagem aos portalegrenses. Perante os dados e alternativas que já tinha apresentado, gostaria que o executivo contrapusesse algo aos mesmos e dissesse se estavam, ou não, errados. -----

No uso da palavra, Hugo Capote registou o facto de a Presidente da Câmara não ter explicado porque é que renovou automaticamente por oito anos e porque não abriu concurso. Reafirmou que tanto a concessão dos parques cobertos, como a criação da zona branca (Praça João Paulo II) para o estacionamento de superfície pago foi decidido, com os votos da maioria CLIP, em reunião de Câmara e eram factos contra os quais nem existiam argumentos. -----

No uso da palavra, Luís Testa, relativamente à matéria do estacionamento pago, disse discordar de muito do que ali foi dito. Em primeiro lugar, entendia que a metodologia a aplicar deveria servir, na sua essência, o ordenamento do território e a mobilidade da própria cidade. Em suma, tal ordenamento teria de ser uma política pública e, portanto, incompatível com as lógicas de mercado. O problema era que a Câmara tinha optado por uma estratégia que visava, única e exclusivamente, o aumento da receita, por mais tempo e por mais dinheiro. Na verdade, quando se pensava em zonas que, atualmente, estavam absolutamente lotadas de estacionamento, era necessário perceber porque é que tal acontecia. E a razão era porque passaram a servir de parque não pago da própria cidade. No entanto, era possível verificar que, enquanto aquelas zonas estavam lotadas, por exemplo, a Av.<sup>a</sup> George Robinson estava praticamente vazia e, daquele modo, se percebia que as políticas de estacionamento implementadas na cidade não tinham servido, nem o estacionamento, nem o comércio e nem sequer os portalegrenses. Em vez de se ter construído um sistema ajustando o mesmo à realidade do concelho, a opção foi a tentativa de taxarem as zonas que serviam de estacionamento não pago, em Portalegre. Perguntou se tinham sido pedidos pareceres às juntas de freguesia, ao IMTT e às instituições, umas pela





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

proximidade e outras pela especificidade, as quais poderiam ter dado um contributo importante naquela matéria. Acrescentou que a renovação seria automática se nada em contrário fosse dito, relativamente ao que estava estabelecido no contrato anterior. O contrato em causa poderia ter sido melhor elaborado e os responsáveis não tinham estado à altura das circunstâncias e, assim tinham permitido que a renovação automática ficasse pelo mesmo período (oito anos). Contudo, o contrato atual não defendia nem o Município, nem os portalegrenses, porque o período de mais oito anos pretende apenas defender uma garantia que tinha que ser dada ao investidor, ou melhor, a amortização do equipamento que tinham instalado, a favor do Município. Em suma, depois do equipamento estar amortizado e pertencer ao Município de Portalegre, a autarquia vai estender o contrato, sem que o investidor tenha que fazer qualquer investimento. Portanto, o investidor passa a ser somente ganhador e a Câmara não beneficiava de mais nada. Em conclusão, matérias daquela natureza tinham de ser discutidas de outra forma e o objetivo maior teria de ser defender o município, os portalegrenses e o concelho de Portalegre. ....

Novamente no uso da palavra, Jorge Isidro disse que concordava com as palavras do membro Luís Testa e apenas gostaria de questionar a Presidente da Câmara se uma vez que o equipamento já pertencia à autarquia, teriam alguma compensação ao terem renovado o contrato por mais oito anos. ....

A Presidente da Câmara disse que a maior parte dos equipamentos estavam obsoletos e teriam de ser modificados, de modo a poderem funcionar com a opção da primeira hora sem se pagar, uma vez que os beneficiários terão de introduzir a matrícula do mesmo. Foi feito um estudo, analisados todos os investimentos e não existia capacidade do Município para a manutenção dos equipamentos em causa. Os valores que estavam ali a colocar em cima da Mesa não tinham nada a ver com a realidade e, posteriormente faria chegar todos os dados aos membros da Assembleia. ....

No uso da palavra, Luís Testa salientou que o pressuposto errado tinha sido introduzido pela Presidente da Câmara e não pelos membros. Não era verdade que todos os equipamentos estivessem obsoletos, uma vez que o próprio estacionava nas áreas abrangidas pelos mesmos e estavam todos a funcionar. A Presidente da Câmara estava a referir-se a uma condição que era uma tecnologia relativa à gratuidade da primeira hora de estacionamento, que não estava prevista no contrato que foi renovado. Portanto, qualquer outra intenção a Assembleia desconhecia-a em absoluto. Se havia intenção de renovar os parques de estacionamento e de desmobilizar algumas zonas e criar outras, a Presidente da Câmara deveria ter reduzido à globalidade toda a renegociação, porque senão corriam o risco das vantagens não chegarem a ser aplicadas e, ainda, de todas as desvantagens decorrentes da renovação do contrato entrarem em vigor. ....

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que era precisamente pelo levantar daquelas questões que seria fundamental um debate público do assunto. Aparentemente, nem a Presidente da Câmara estava devidamente elucidada naquilo que tinha feito. Mais referiu que tinha estranhado que a renovação do contrato em causa tivesse sido agora um dado adquirido, posto que, em 30.06.15, na questão que colocou sobre aquele assunto à Presidente, a mesma lhe disse que não, que o contrato não se iria renovar e que tal estava em ata. ....

No uso da palavra, Hugo Capote disse que o que tornava aquelas sessões cada vez mais difíceis era o facto de a Presidente da Câmara responder ao que lhe era perguntado com não-respostas. Salientou que, no fundo, o que alguns membros estavam a fazer eram perguntas que as pessoas também lhes colocavam fora da Câmara. Contudo, a Presidente da Câmara ainda não lhes tinha conseguido explicar porque é que foi eleita com a promessa de que iria alterar o que não estava bem no estacionamento pago mas que, no final de contas, renovou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

automaticamente o contrato. Solicitou que a Presidente lhes explicasse, de uma vez por todas, o que é que se tinha passado na mesa de negociações, para renovar uma coisa que iria deixar mal vistos todos os colegas de bancada CLIP. ....

A Presidente da Câmara disse ter já respondido à questão e voltou a sublinhar que tanto o estacionamento da zona branca como o estacionamento subterrâneo iriam à sessão da Assembleia. Quanto à outra situação, faria chegar o documento a toda a Assembleia. ....

Novamente no uso da palavra, Jorge Isidro acrescentou que não tinha sido somente há dois anos que a Presidente achava que a questão do estacionamento estava mal, visto que em junho passado, a própria ainda tinha manifestado a intenção de não pretender renovar o dito contrato. ....

### **2 – Ata n.º 15 e n.º 16, relativas às reuniões realizadas em 26 de maio e 30 de junho de 2015, respetivamente;**

Neste momento saíram da sala Luís Testa e Branca Santana. ....

Votada a ata n.º 15 a deliberação foi a seguinte:

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções (Manuela Pedroso, Magda Mão de Ferro e Eugénio Barbosa) em 25 presenças, aprovar a ata n.º 15. ....

Votada a ata n.º 16 a deliberação foi a seguinte:

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções (Manuela Pedroso, Magda Mão de Ferro e Eugénio Barbosa) em 25 presenças, aprovar a ata n.º 16. ....

### **3 – Acordos de Execução com Juntas de Freguesia;**

- Deliberação de 27.07.2015 -

*Presentes os acordos de execução com as Juntas de Freguesia do concelho de Portalegre. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar os respetivos acordos. ....*

No uso da palavra, o Vereador António Landeiro disse que após um estudo elaborado de todas as competências que, hipoteticamente, todas as Juntas de Freguesia podiam desempenhar foi feita uma elencação dos trabalhos de gestão e manutenção das diversas zonas. Na altura, os valores implicados eram cerca de 578.168,33€, verba que ultrapassava o previsto em orçamento para as juntas, em 2015. Foi feito um esforço e, do ponto de vista do executivo, as competências propostas permitiam que as Juntas tivessem sucesso para as desempenhar e alguns recursos. As competências eram principalmente duas: as limpezas das vias e gestão e manutenção dos sanitários e lavadouros públicos, as quais importavam em cerca de 122.714,31€, tendo sido a verba inscrita no orçamento para 2015. Posteriormente foram feitas reuniões bilaterais com cada Junta e apresentou-se a proposta, juntamente com uma minuta e anexo, onde estavam quantificadas as respetivas verbas. A maioria das Juntas respondeu e também fizeram propostas, o que alterou os conteúdos dos anexos. Algumas das Juntas também ficaram com a gestão dos espaços verdes. As Juntas que, na altura,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aprovaram o acordo foram cinco. As Juntas de Freguesia de Alagoa, Sé e São Lourenço ainda não tinham respondido à proposta. Portanto, aquele era o protocolo que ali apresentavam, o qual tinha a minuta e o respetivo anexo, com o acordo de execução de cada Freguesia, que estava ao dispor de todos. A verdadeira alteração era nas competências que a Câmara tinha interesse em passar para as Juntas de Freguesia, uma vez que não tinha recursos humanos para efetuar os serviços. Portanto, era do interesse de ambas as partes que assim acontecesse.-----

No uso da palavra, Fernando Areias perguntou porque é que o executivo demorou tanto tempo a elaborar o acordo com as Juntas de Freguesia. As freguesias eram, no fundo, grande parte do concelho e seria importante perceber se as mesmas consideravam que aquele protocolo era bom para todas. No entanto, pelas palavras do Vereador, salientou que o Presidente da maior freguesia (Sé e São Lourenço), bem como a de Alagoa não tinham concordado com o dito protocolo e, obviamente, já existia ali um problema. Perante tal, seria necessário chegar a um entendimento com os mesmos.-----

No uso da palavra, Artur Correia, relativamente ao protocolo em questão, disse que a União de Freguesias de Sé e São Lourenço tinha começado por fazer um pedido à ANAFRE, no qual ficaram elucidados do seguinte: havia acordos de execução para juntas urbanas e para juntas rurais. A sua Junta tinha feito o “trabalho de casa” mas, aparentemente, não tinha dado grande resultado. Posteriormente, foram-lhe propostos cinco pontos para discussão, por parte do vereador do pelouro. No ponto que se referia à limpeza das vias e espaços públicos, a União de Freguesias da Sé e São Lourenço não concordou. No entanto, a sua Junta já procedia à limpeza dos espaços públicos em Portalegre, mas esta competência não correspondia à verba 4554,00 €. Era necessário efetuar algumas alterações específicas no documento. No anexo I, estavam mencionados as estradas nacionais e caminhos municipais, com 13.800 metros para serem limpos. Uma junta urbana merecia todo o respeito e a União de Freguesias da Sé e São Lourenço tinha sido das primeiras a uniformizar o brasão. No entanto, a Câmara Municipal de Portalegre ainda era a única entidade que continuava a enviar os dois brasões das antigas freguesias. Solicitou que o procedimento fosse alterado, visto que tinha sido um trabalho elaborado com afincos e que tinha custado muito dinheiro, juntamente com o novo selo branco. Mais lembrou que o que tinha sido proposto para a União de Freguesias foi o seguinte: limpeza das vias e espaços públicos, gestão e manutenção dos espaços verdes, pequenas reparações nos estabelecimentos pré escolares, gestão e manutenção dos sanitários públicos, lavadouros e parques infantis. Chamou a atenção que a verba que a Junta iria receber e com as competências que lhes estavam a atribuir não eram as que estavam descritas no anexo I e II (sanitários e caminhos públicos). Portanto, achava que seria de bom tom que a proposta fosse melhor analisada. Acrescentou que a União de Freguesias tinha tido, dois dias antes da última Assembleia Municipal, uma Assembleia de Freguesia, onde, perante aquela situação foi votado contra, por unanimidade, o Protocolo em causa. Contudo, solicitou à Presidente da Câmara que não inviabilizasse ali o mesmo, pois estavam dispostos a votá-lo a favor, mas com a condição de ser feito um acordo de pagamento, já que estavam quase no final do mês de setembro e nenhuma das juntas tinha recebido nada em 2015. Alertou que em 2016, deveriam falar naquele acordo de outra maneira, chamando os Presidentes de Junta, para todos contribuírem com ideias e intervirem mais.-----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que tinha dúvidas acerca da vigência do protocolo. Perguntou se seria de 2015 a 2017, sendo que um já estava no final e se o estudo que estava na base das verbas decididas foi feito através dos documentos fornecidos pela ANAFRE ou teria sido feito pelos serviços técnicos da Câmara, com base na avaliação que fizeram.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Fernando Areias perguntou o que é que tinha sido pago em 2015 às Juntas. E se nada foi pago, quando é que seria pago e de que forma.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que em função do que foi afirmado, pareceu-lhe ser útil que as freguesias tivessem instrumentos capazes de fazerem as atribuições que lhes eram destinadas mas também iria avaliar, ao longo da sessão, a sua posição acerca daquela situação.-----

No uso da palavra, Vera Caixeiro disse que, na reunião que teve em abril com o Vereador, já tinha demonstrado o seu desagrado, pois todos continuavam a fazer o que estava no protocolo e não deixavam as freguesias sem manutenção. Na sua freguesia os balneários eram limpos regularmente, as bermas também. Mas, obviamente, que precisavam de dinheiro, pois havia contas para pagar, vencimentos daquelas pessoas que lá estavam dia a dia e que davam o seu melhor. Portanto, a sua Junta não tinha deixado de dar resposta e no mês de abril, salientou que não era a favor do protocolo, mas que achava o acordo mais justo, comparativamente ao que tinha sido apresentado em 2014. Mais referiu que partilhava do que foi dito pelo Presidente da União de Freguesias da Sé e São Lourenço, na medida em que havia muito que ainda podia ser feito de futuro. Portanto, seria necessário aprender, de uma vez por todas que eram os Presidentes de Juntas que davam votos e ajudavam a eleger nas eleições e, portanto, o executivo deveria ouvi-los sempre que necessário. A discussão era necessária, visto tratar-se de verbas indispensáveis ao funcionamento das freguesias. Acrescentou que o estudo foi feito de forma a cabimentar aquilo que tinha sido a proposta apresentada e tinha as suas dúvidas relativamente à credibilidade do mesmo. Agradecia os cálculos apresentados, mas lembrou que já tinha pedido informação sobre o que é que estava por detrás dos valores estipulados para os trabalhos, visto que ainda não estava bem claro. Gostaria que aquele protocolo terminasse a 31 de dezembro de 2015 e que, em janeiro, comesçassem logo a trabalhar por um protocolo que fosse digno e de encontro àquilo que era preciso fornecer às freguesias. Mais disse não ter concordado com o protocolo para 2014, pois a verba de 2.400€ para a freguesia da Alagoa era ridícula; contudo o trabalho foi feito, mesmo sem ter recebido nada da Câmara por não ter assinado o protocolo. No entanto, também não viu a contrapartida da Câmara, nas responsabilidades que tinham para com a sua freguesia. Em conclusão, lembrou que os protocolos ainda não tinham sido assinados, pois ainda teriam de ir, quer à Assembleia de Freguesia, quer à Municipal. Salientou que já tinham passado dois anos daquele executivo e, obviamente, todos precisavam de aprovar aquele protocolo, mas com o compromisso de no próximo ano trabalharem em conjunto, mesmo que tal significasse reunir diversas vezes com a Câmara.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse discordar da forma como o Município tem tratado as Juntas de Freguesia. A maioria dos atuais Presidentes de Junta esteve do lado da CLIP, no porta a porta a pedir o voto, mas agora, infelizmente, eram tratados da forma que se constatava pelo executivo que ajudaram a eleger. Era inaceitável que se estivesse, praticamente, no fim do ano e os Presidentes ainda não sabiam com o que contar, para resolverem os problemas anuais, das suas freguesias. Obviamente que, por muito que quisessem fazer, não o conseguiam sem as verbas. Portanto, embora discordasse da forma como estavam a tratar o assunto, se os Presidentes das Juntas não pensassem de igual modo, ele não iria inviabilizar a assinatura do documento.-----

No uso da palavra, Fernando Areias disse que, ao ter ouvido as palavras do Presidente da União de Freguesias da Sé e S. Lourenço ficou preocupado, na medida em que gostava de ter ouvido quais os valores em questão e porque é que não tinham chegado a acordo. O que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estava a acontecer era lamentável, pois as freguesias eram o motor do Município; os munícipes viviam lá e conviviam no seu dia-a-dia com as competências atribuídas às mesmas. Por último perguntou porque é que o protocolo em causa não tinha sido assinado muito mais cedo, uma vez que aos membros da assembleia, a matéria deveria ser unicamente para conhecimento.-----

Em resposta, o Vereador António Landeiro informou que os serviços de Divisão de Obras e Ambiente da Câmara Municipal fizeram um estudo inicial para se saber quanto é que iria custar o quilómetro de limpeza de estradas, gastos com os espaços verdes, pequenas despesas. A partir daquele estudo, verificaram quais seriam as competências que lhes interessaria passar para as juntas e, por outro lado, que as juntas tivessem capacidade para as desempenhar. Naturalmente que o desejável era que todas as competências pudessem passar para as Juntas, pois seria bom para as mesmas e até para a democracia. Contudo, a situação era a que se sabia e aquele era o dinheiro possível que havia para dar às Juntas. Era importante que, politicamente, a Câmara tivesse capacidade para apoiar as Juntas, mas existia ainda todo o apoio logístico desejável, que não era contabilizado e que deveria ser repartido de modo igual para todas. Naturalmente que uma junta de freguesia urbana tinha características diferentes de uma rural mas, no entanto, a proposta feita pela Câmara foi a proposta daquelas duas competências e, eventualmente, se houvesse outras competências que alguma das juntas chamasse para si, seriam situações a resolver com a Câmara. Referiu que o valor que aparecia referente à limpeza de vias, para a União de Freguesias da Sé e S. Lourenço era devido a ser aquela que tinha menos quilometragem em termos de caminhos. Quanto ao pagamento, informou que logo que ficasse deliberado em Assembleia Municipal, decorreria a assinatura com as Juntas de Freguesia, sendo depois calendarizado. A razão de ser só agora assinado era porque não fazia sentido, sem estar o orçamento aprovado. Relativamente à questão do membro Jorge Isidro, informou que já sabiam com o que contavam, pois desde abril que as verbas estavam propostas no protocolo e para efeitos de planeamento, os Presidentes de Junta, contavam, à partida, com aquelas verbas. Pela lógica natural, aquelas questões tinham de ir ali para deliberar e aprovar e só depois ser executado o protocolo. Quanto à questão da Alagoa, disse ter a ver com as características da própria freguesia, a sua dimensão e equipamentos disponíveis, que tinham contribuído para o cálculo. Mais disse que estavam a aprender e que, para 2016, reunindo com as juntas seria de esperar a melhor justiça e equilíbrio possível naquele assunto. Independentemente de serem discutíveis as competências atribuídas, a maioria das Juntas aceitou-as e poderiam evoluir para a concretização das mesmas.-----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que a CDU tinha alguns problemas com a assinatura daquele protocolo, pelo simples facto de o mesmo não ter sido aceite por todas as freguesias. Obviamente que não estavam ali no papel de negociadores, nem de árbitros, mas sim para aprovar ou não o documento. Contudo, a Presidente da Junta da Alagoa disse só estar disposta a assinar se houvesse algumas alterações ao mesmo. Nenhum dos grupos ali representados se deveria substituir ao papel de qualquer Junta para aprovar algo que não reunisse consenso. O segundo problema era o facto de estarem em outubro e ainda não terem sido transferidas verbas absolutamente nenhuma para as competências que, de alguma forma, acabaram por ser executadas, na medida das possibilidades das juntas. Perante tal, não concordava que o voto ficasse condicionado pelo facto de depois as juntas não receberem o dinheiro. Salientou que aquilo não era um subsídio que se dava às Juntas, mas o reconhecimento de que, provavelmente, as juntas faziam melhor o serviço do que a Câmara. Em conclusão, o protocolo já tinha sido muito mais audaz do que o atual e estava condicionado logo à partida pelas verbas que estavam disponíveis. Pelas duas intervenções que ouviu dos Presidentes das Juntas, era da sua opinião que não se deveria fechar aquele protocolo e tinham de arranjar uma forma de pagar às Juntas o mais rapidamente e para 2016, consoante os acertos que deveria haver em certas situações, chegarem a um acordo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

unânime com todas as Juntas de Freguesia e de simples deliberação na Assembleia.-----  
-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que aquela discussão já tinha ocorrido ali, numa versão anterior, com os mesmos encargos para o Município e o mesmo tipo de competências para as juntas de freguesia. Recordou que tinha sido comumente aceite por toda a Assembleia que enquanto não houvesse deliberações favoráveis das Assembleias de Freguesia não iriam ali pronunciar-se sobre o protocolo. Portanto, a única coisa que se tinha alterado tinha sido o número das freguesias que se pronunciaram favoravelmente, mas o mesmo princípio que continuava a existir era a falta de unanimidade. Pela mesma razão, entendia que se deveria adotar ali o mesmo comportamento adotado anteriormente. Tinham agora ficado a conhecer a substância da discordância das duas assembleias de freguesia que faltavam pronunciar-se favoravelmente e que, pela explicação dada, revelaram existir uma desarticulação completa, com o executivo municipal. Embora da parte do Vereador Landeiro existisse um esforço necessário para alcançar um acordo, o que acontecia era que o Vereador que detinha o pelouro das finanças não tinha intervindo diretamente na negociação do protocolo e alocado as competências. Em conclusão, era de pasmar que tanto tempo depois ainda não tivesse sido possível lograr um acordo com todas as Juntas e, subsequentemente, com todas as Assembleias de Freguesia e principalmente com a União de Freguesias maior do distrito. O problema era de natureza política e tinha de ser ultrapassado.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse estar de acordo que se aferissem custos às coisas públicas. Relativamente aos *timings*, disse que se em abril já eram conhecidas as verbas, então o protocolo já deveria estar concluído há mais tempo.-----  
-----

Artur Correia relembrou que as Juntas tentaram executar as competências o melhor possível com as verbas e os meios disponíveis e, naturalmente, não viraram as costas à população. Contudo, estavam no fim de setembro e há três meses a sua Assembleia de Freguesia tinha votado contra aquele protocolo. Enquanto Presidente, teve o cuidado de falar com o executivo e iria levar à próxima Assembleia de Freguesia uma nova proposta, que ele iria votar favoravelmente mas que estaria sujeita a ser chumbada. Disse ainda que os 19.000€ destinados à União de Freguesias da Sé e S. Lourenço lhes faziam muita falta e que por solidariedade com os seus colegas iria votar a favor.-----  
-----

No uso da palavra, João Janeiro disse ter aprovado a minuta do acordo de execução na reunião de Junta e de Assembleia da Freguesia da Urra, ainda no mês de abril. Enviou para a Câmara, por escrito, as alterações que achou que deveriam ser tomadas na sua freguesia e já sabia com o que poderia contar. Portanto, percebia e concordava com o que foi dito pelos outros Presidentes de Junta e subscrevia o facto de terem feito à mesma o trabalho que lhes competia, assim que tiveram conhecimento das situações.-----  
-----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que já poderiam ter aprovado o que havia para aprovar. Obviamente que não punha em questão a competência ou a legitimidade de cada assembleia de freguesia, porque a discussão na anterior Assembleia Municipal não se colocou naqueles termos, mas sim na legitimidade política desta assembleia estar a aprovar um documento que depois seria reprovado nas Assembleia de Freguesia. Portanto, abster-se-ia de votar, quer favoravelmente, quer contrariamente, para não prejudicar nenhuma das juntas.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Ricardo disse que o cerne da questão tem sido ali falado e perguntou se o acordo ficasse ali aprovado quando é que as Juntas iriam receber, de modo a poderem reorganizar-se.-----

A Presidente da Câmara disse que aquela questão não era fácil de consensualizar. À cerca de seis anos, as juntas recebiam um subsídio, depois passou a protocolo, voltou a ser subsídio e havia ainda subsídios para investimento e sem ser de investimento para o funcionamento das Juntas de Freguesia. As próprias freguesias do concelho eram claramente umas diferentes das outras e quando se encontrava um determinado critério era, obviamente, difícil de agradar a todos. O que o Vereador Landeiro tinha tentado fazer foi encontrar um critério e este uma vez aplicado resulta que seja favorável a algumas juntas pelas suas características. Contudo, era certo que aquele critério era igual para todas, com equidade. Lembrou aos presentes que muitas das autarquias do distrito optavam por não fazer sequer delegação de competências, devido a ser um assunto sensível e precisamente porque não conseguiam chegar a um acordo. Afirmou estar a favor da delegação de competências, até porque as Juntas tinham uma relação de proximidade maior e conseguiam, nalgumas coisas, substituir-se à Câmara. Acrescentou que, segundo a DGAL, caso as Juntas não cumprissem as competências delegadas as Câmaras poderiam reverter o protocolo. Nas Juntas pertencentes ao município de Portalegre não tinham aquelas dúvidas, mas seria preciso fazer prova, pois a DGAL obrigava a que tal acontecesse. Quanto ao pagamento às Juntas, disse que assim que fosse assinado aquele protocolo por todas, seria paga uma tranche no mês de novembro e outra tranche em dezembro.-----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se as duas tranches que a Presidente mencionou eram a totalidade do que a Câmara devia do ano de 2015.-----

A Presidente da Câmara respondeu que se lhe pagassem aquilo que ela esperava, seria.-----

-

Colocados os protocolos à votação procedeu-se à mesma.

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 4 votos contra (CDU), 8 abstenções (PS) e 15 a favor (CLIP, PSD, Jorge Isidro e Fernando Areias) em 27 presenças, aprovar os respetivos acordos.-----

### **Declaração de voto - PSD (Cristóvão Crespo)**

“Eu votei favoravelmente porque esta será a forma correta de nós resolvermos esta questão. Eu penso que é indispensável que haja uma aprovação na Assembleia Municipal, para as Juntas de Freguesia, independentemente depois da vontade nas respetivas assembleias de freguesia se decida acionar o protocolo. Portanto, se não fosse aprovado em Assembleia Municipal nenhuma Assembleia de Freguesia teria essa possibilidade.”

### **Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)**

“Na declaração de voto que a senhora Presidente apresenta em reunião de Câmara, realizada em 27 de julho de 2015, reconhece a importância das juntas de freguesias junto das populações e as dificuldades financeiras com que se debatem. Mas quando é chamada a participar e a ajudar os Presidentes de junta e as suas equipas trata-os com desprezo. Entrega-lhes mais competências, fracos recursos financeiros, entregues tardiamente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Veja-se o que aconteceu em 2014, em que o acordo de transferência de competências só foi aprovado no final do ano e as verbas só foram transferidas em 2015, não cumprindo o estabelecido no referido documento.

Mas o executivo não dá importância aos vários membros eleitos democraticamente que chamaram a atenção, quer para as verbas, quer para os prazos e, em 2015, comete os mesmos erros do passado, colocando em grandes dificuldades os vários Presidentes de Junta e as suas equipas. Esquecendo-se que foram eleitos com a ajuda dessas pessoas, que estiveram a seu lado, junto da população, a apresentar o programa eleitoral.

O executivo teima em não cumprir o programa eleitoral que prometeu à população e quer fazer com que os Presidentes de Junta façam o mesmo.

Nunca poderei concordar com este tipo de comportamento. Desde o pouco dinheiro que atribuem, à falta de consideração pelos Presidentes de Junta e, em consequência, pelas populações.

Só não voto contra porque os Presidentes de Junta precisam do documento aprovado e para não atrasar mais este já muito atrasado procedimento. Voto a favor.”

### **Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)**

“O nosso voto contra, baseia-se no facto de acharmos que este protocolo é possível de ser melhorado e que não faz qualquer sentido aplica-lo no final do ano de 2015, ainda por cima, tendo nós plena consciência de que, provavelmente, ele não será cumprido a nível financeiro com as Juntas de Freguesia. Portanto, acabaram de passar um cheque em branco à Presidente, no qual nós, felizmente, não assinámos.”

### **Declaração de voto - PS (Manuel Carvalho)**

“A minha declaração de voto foi no sentido, como me absteve, de não votar a favor, porque o protocolo foi feito com base numa verba estipulada à partida e não nas variáveis que decompunham esse valor. A primeira proposta que foi feita à junta de freguesia dos Fortios apresentava dois itens, com a verba que está estipulada no total e, entretanto, eu chamei a atenção e penso que não fui só eu, que havia uma situação, entre outras, que era o caso dos jardins e perguntei quem é que iria tomar conta dos jardins, porque toda a vida foi a freguesia dos Fortios que teve essa incumbência, não direta, mas pelo protocolo. Como não havia verbas disponíveis para a realização dessa atividade, tiraram de uma outra parte para meter no jardim e a verba total ficou a mesma. Mas eu, como preciso de dinheiro, porque desde o início do ano que ando a gastar dinheiro, não só a cortar as ervas e a limpar os jardins e fontanários, mas também a tapar os buracos das ruas, senão já estavam intransitáveis. Fiz ver à Assembleia de Freguesia a situação em que estava e a mesma aprovou, assim como o executivo da Junta também aprovou, mas sabendo à partida de que isto não é um protocolo que se apresente, isto é uma maneira de receber algum dinheiro que já gastámos, pois doutra maneira não o podíamos receber. Tenho dito.”

### **Declaração de voto - Independente (Fernando Areias)**

“A Assembleia Municipal não pode ser um freio das decisões a tomar pelas Assembleia de Freguesia. Se os Municípios transferem competências para as Freguesias, deverão também transferir a decisão em relação à melhor forma de utilizar os seus dinheiros. Se as freguesias tomaram por decisão e se quase unanimemente chegaram a esta decisão de assinar este protocolo essa é a sua decisão. Por isso votei favoravelmente.”-----

O membro Hugo Capote perguntou à Mesa, se poderia ser antecipada a discussão do ponto 7, visto que lhe parecia ser mais importante.-----

-





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa disse que se a restante assembleia não visse qualquer inconveniente, nessa antecipação poderiam passar já para aquele ponto. Colocou à votação a proposta tendo a mesma sido aceite por todos os presentes.-----

**7 – Proposta relativa à taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), derrama, imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS) e imposto municipal sobre imóveis (IMI).**  
- Deliberação de 21.09.2015 -

*Presente proposta relativa à taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana aprovar a proposta.-----*

A Presidente da Mesa, relativamente ao ponto 7, informou os presentes que relativamente ao referido ponto havia recebido um ofício da Presidente da Câmara, que passou a ler: -----  
“Relativamente ao ponto 7 da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal de 27-09-2015, proposta relativa à taxa municipal de direitos de passagem, passagem, derrama, imposto sobre o rendimento de pessoas singulares e imposto municipal sobre imóveis e tendo em conta que, nomeadamente, em relação a este último (IMI) a proposta apresentada, discutida e votada pelo executivo municipal tinha como pressuposto a adesão do Município de Portalegre ao Fundo de Apoio Municipal, situação ainda não formalizada e concretizada, solicito a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que coloque à consideração e votação da Assembleia Municipal a retirada do referido ponto.” -----

Assim sendo, em função do ofício recebido, disse que iria colocar à consideração e votação da Assembleia a retirada daquele ponto. Perguntou se alguém queria intervir antes de se votar. -

Fernando Areias disse que havia ali algo de estranho, pois no espaço de uma semana o assunto foi levado e aprovado por maioria em reunião de Câmara e após este tempo foi decidida a retirada do mesmo na ordem do dia daquela Assembleia. Não se percebia a posição do executivo. Iria votar contra a retirada do ponto em causa. -----

A Presidente da Mesa referiu que era perfeitamente perceptível o que se tinha passado. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse ter dúvida que, sem a unanimidade da Assembleia Municipal, se pudesse proceder à retirada daquele ponto. Parecia-lhe que a inclusão de um ponto podia ser proposta sob maioria, mas a retirada teria de recolher a unanimidade.-----

A Presidente da Mesa disse que já tinham retirado pontos, naquela Assembleia, sem ter sido por unanimidade. A Assembleia Municipal era soberana, sob pena de poder ser posteriormente impugnada a deliberação.-----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa referiu que a Presidente da Mesa não podia condicionar a discussão da matéria em causa, no período antes da retirada. Era bom perceberem ali o que é que tinha levado a Câmara Municipal a propor o aumento do imposto sobre os imóveis para números astronómicos. Portanto, gostaria que a discussão fosse feita do ponto de vista substantivo, pois era importante para o futuro do concelho.-----

A Presidente da Mesa informou que seria colocado à votação se o ponto seria, ou não, retirado e, em função do resultado da votação, haveria, ou não, lugar à discussão do mesmo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sob pena de estarem ali a subverter a lógica das coisas e a discutir em substancia um ponto retirado. -----

Raúl Cordeiro pediu a palavra e perguntou à Presidente da Assembleia se a Presidente da Câmara, podia esclarecer qual a intenção da retirada do ponto e disse que gostaria que ficasse registado em ata quais as verdadeiras razões para a retirada daquele assunto. -----

A Presidente da Mesa disse que face à questão e ao modo como foi colocada obviamente, daria a palavra à Presidente da Camara. -----

Em resposta à questão colocada, a Presidente da Câmara disse que o ofício que dirigiu à Presidente da Assembleia era elucidativo. O mesmo tinha a ver com o facto de o Imposto Municipal sobre Imóveis só fazer sentido num pressuposto de ida ao Fundo de Apoio Municipal. De outro modo, referiu que nunca iria prejudicar a população de Portalegre. Portanto, como o quadro não estava completo só fazia sentido levar ali o aumento do IMI quando tivessem o enquadramento total da ida ao FAM. E acrescentou que foi por aquela razão que pediu para ser retirado.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que pretendia interpelar diretamente o vereador Miguel Monteiro, de acordo com a Lei das Autarquias Locais, para que o mesmo pudesse ali dizer-lhes o que pensava acerca daquele ponto. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara porque é que, há uma semana atrás, tinha inscrito o ponto na ordem de trabalhos da Camara, uma vez que já sabia na altura que não tinha o FAM concluído.-----

A Presidente da Câmara disse ter pensado que já teria as coisas mais evoluídas, bem como algumas reuniões que não tinha conseguido ter. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro perguntou à Presidente da Câmara se em sede de discussão do executivo municipal tinha ouvido os membros da CLIP, com sede naquela Assembleia, sobre a tomada de decisão para os valores a serem aplicados, nos impostos em causa.-----

A Presidente da Câmara disse que sim.-----

No uso da palavra, Fernando Areias perguntou à Presidente da Câmara porque é que não deu a palavra ao vereador Miguel Monteiro e perguntou se teria o vereador alguma coisa a acrescentar, que não pudesse ser ali ouvida. -----

A Presidente da Câmara disse que sempre deixou os vereadores falarem, no entanto, era falta de respeito o vereador dirigir-se à Presidente da Assembleia e não a ela própria, pois havia um protocolo a cumprir. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse à Presidente que já todos ali sabiam e percebiam o que se tinha passado. A proposta foi à reunião de Câmara e foi aprovada, com os votos contra dos vereadores da oposição; de seguida a Presidente fez uma reunião com os membros do grupo da CLIP, que não concordaram com a aprovação e que lhe disseram que se o assunto fosse à Assembleia o iriam chumbar. Em conclusão, a Presidente da Autarquia reconheceu que seria politicamente arriscado levar o assunto àquela sessão da Assembleia e optou por solicitar a retirada à Presidente da Mesa. Portanto, se a Presidente lhes tivesse comunicado daquele modo todos aceitavam. Contudo, da forma como que lhes foi dito, sabiam que não era verdade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Novamente no uso da palavra, Jorge Isidro perguntou à Presidente da Câmara se o que foi dito na intervenção anterior correspondia à verdade. -----

A Presidente da Câmara disse que cada um interpretaria da maneira que quisesse. O que estava referido no ofício correspondia aos factos. -----

No uso da palavra, Luís Testa solicitou que, nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o vereador interviesse naquela temática importante. -----

A Presidente da Mesa perguntou ao membro Luís Testa se tinha presente qual o artigo do regimento ao abrigo do qual solicitava aquela intervenção. -----

O membro Luís Testa disse que ao requerente bastaria invocar a lei e só se a resposta fosse negativa é que precisaria de ser fundamentada e que a Presidente da Mesa é que teria de fundamentar a sua decisão, se fosse negativa, se achasse que a mesma era contrária à lei. ----

A Presidente da Mesa disse que não é isso que diz o Regimento, que não bastava invocar a lei geral como faz reiteradamente, mas que não deixaria de conceder, no âmbito do pedido de interpelação direta, a palavra ao Vereador Miguel Monteiro. -----

No uso da palavra, o Vereador Miguel Monteiro, quanto à justificação apresentada pela Presidente da Câmara para retirar o ponto 7, disse não ter sido fácil ouvir o que tinha acabado de ouvir. Referiu que, na reunião de Câmara onde aquele ponto foi discutido, a própria Presidente tinha argumentado que o motivo que a levava a optar por aumentar o IMI para a taxa máxima foi pela necessidade imperiosa de aderir ao Fundo de Apoio Municipal e daquele modo, abrir possibilidades de negociação com a banca, para renegociar contratos bancários e pagar as dívidas que a Câmara Municipal ainda tem. Portanto, a carta que a Presidente da Câmara dirigiu à Presidente daquela Assembleia Municipal dizia exatamente o contrário para justificar a retirada do ponto que propunha o aumento do IMI para o valor máximo. Mais disse que os vereadores do PS, na declaração de voto que fizeram naquela mesma reunião do executivo, expressaram o seguinte: “A Presidente não pode sequer desculpar-se com a adesão ao FAM pois não tem ainda nenhuma proposta concreta para a inclusão de Portalegre neste programa, só palavras ocas, vagas e inconsequentes.” Por último disse que não podia deixar passar ali em claro aquele “golpe de teatro” da Presidente da Autarquia. -----

A Presidente da Câmara disse que não se revia em nada do que foi dito anteriormente. Era devido à falta de enquadramento no FAM que achava que o assunto deveria ser retirado naquela sessão. Portanto, não alterava em nada aquilo que disse em reunião de Câmara, assim como não via como é que ofício contrariava o que já tinha explicado. -----

Neste momento saiu da sala o membro Luís Testa. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 13 votos contra (4 - CDU, 7 - PS, Fernando Areias e Jorge Isidro), 13 votos a favor (12 - CLIP e Cristóvão Crespo), em 26 presenças e com o voto de qualidade da Presidente da Mesa, aprovar a retirada do ponto 7. -----

A Presidente da Mesa disse que iriam repetir a votação, pois não tinha a certeza se o resultado era mesmo treze/treze.

Neste momento entrou na sala o membro Luís Testa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Fernando Areias disse que se a Presidente da Mesa repetia a votação, teria de aceitar os presentes na sala. Caso contrário iria impugnar a votação.-----

-

O membro Luís Testa disse à Presidente da Mesa que não tinha chegado a sair da sala e perguntou-lhe se tinha contabilizado o seu voto. A Presidente da Mesa informou que não iria aceitar o voto do Luís Testa e que o resultado final era mesmo treze/treze e que o seu voto de qualidade desempatava. Quem entendesse, poderia impugnar a mesma, nos termos legais.-----

### **Declaração de voto - CDU (Hugo Capote)**

“Nós temos pena que este assunto não tenha sido em defesa dos contribuintes portalegrenses. Apenas se adiou. Aproveito esta declaração de voto para apelar aos portalegrenses para que estejam na próxima Assembleia Municipal, em que o assunto seja trazido e esperemos que a Presidente tenha a coragem de trazer este brutal aumento de impostos, a que não teve coragem de responder agora.”

### **Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)**

“A minha declaração de voto vai no sentido de eu ter votado contra a saída do ponto da ordem de trabalhos, porque entendo que era importante discutirmos hoje, aqui, esta matéria. Isto só aconteceu porque alguém sabia que este ponto ia ser chumbado. Mas, teria a oportunidade de auscultar todos os elementos da assembleia municipal e poder melhorar o documento, com base naquela discussão.”

### **Declaração de voto - PS (Luís Testa)**

“Foi do meu interesse, sempre discutir a substância desta matéria e a senhora Presidente desta Assembleia, hoje, aqui e agora, ao aceitar que eu próprio faça uma declaração de voto em nome da bancada do PS que, supostamente, numa votação que, de acordo com a Presidente, eu não participei, está a assumir que eu próprio participei na votação, não tendo a senhora contabilizado o meu voto. Porque se a Presidente achava que eu tinha saído da sala, tinha uma coisa a fazer: era impedir que eu próprio fizesse a declaração de voto que estou agora a fazer e que vou continuar.

Na verdade, era importante que nós discutíssemos a substância e a matéria em causa. Nós, no Partido Socialista sempre somos contra o aumento despropositado de impostos, principalmente em relação àqueles que menos podem. Quando somos tão céleres a aprovar duvidosas isenções para alguns, somos muito mais céleres em tentar aprovar aumentos de impostos para todos. Este é o problema que nós vivemos; o problema é que as receitas dos municípios e do estado são sempre garantidos às custas dos mesmos. Na verdade, discutir a matéria em causa dava muito trabalho a alguns e algumas dores de cabeça a outros. Para se ser Presidente da Assembleia Municipal não é só preciso ter arte; é preciso conhecer as matérias em causa e a senhora Presidente nunca poderia permitir que eu próprio fizesse a declaração de voto do PS, assumindo que eu não participei na votação.”

Concluída a votação a Presidente da Assembleia Municipal disse ao membro Luis Testa que ele fez a declaração de voto, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do PS e em nome do PS, não a título individual.

### **4 - 1ª. Revisão ao orçamento de 2015, dos SMAT;**

- Deliberação de 24.08.2015 -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

*Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de 14 de agosto de 2015 a remeter a 1.º revisão orçamental/2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do vereador Luís Calado e com os votos contra dos vereadores Miguel Monteiro e Jorge Velez, aprovar a 1.º revisão orçamental/2015. -----*

A Presidente da Mesa sugeriu que se discutissem os dois pontos dos SMAT, visto estarem interligados e depois se procedesse à votação separada, se não houvesse objeção da Assembleia o que se verificou.

No uso da palavra e sobre a revisão orçamental em causa o vereador António Landeiro disse que se justificava por duas situações: porque no final de 2014, o saldo orçamental apresentava um valor de 42.878,81€ e porque foi aprovada pelo executivo municipal a cobertura do prejuízo registado pelos SMAT em 2014, no montante de 91.635,46€, o que permitia, por um lado, a integração do valor do saldo orçamental no orçamento para o ano de 2015, na sua vertente da receita e, por outro lado a transferência a efetuar pelo município. Portanto, face à execução orçamental já concretizada e às previsões de execução até final do ano, seria possível efetuar uma revisão em alta das receitas previstas nas rubricas de água, saneamento, resíduos sólidos, passes e quota de serviço. Acrescentou que, na esfera da despesa, face à execução orçamental já concretizada e a que se prevê executar era necessário um reforço significativo de dotação da rubrica que acomodava a aquisição da água e da rubrica das transferências para o município. Por último, fez uma leitura explicativa do quadro de resultados. -----

Passou-se então de seguida à discussão do segundo ponto referente aos SAMT.

### **5 – 1ª. Revisão ao plano plurianual de investimento de 2015 dos SMAT;**

- Deliberação de 24.08.2015 –

*Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes de 14 de agosto de 2015 a remeter a 1.º Revisão Plano Plurianual de Investimentos/2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com as abstenções dos vereadores Miguel Monteiro, Jorge Velez e Luís Calado, aprovar a 1.º revisão plano plurianual de investimentos/2015. -----*

Novamente no uso da palavra, o vereador António Landeiro quanto à revisão do plano plurianual, informou que havia duas verbas já mencionadas, no quadro anterior, as quais tinham a ver com o equipamento informático, com reforço da dotação em 1.000€ e também nas pequenas obras de remodelação de condutas de distribuição de água não especificadas, o reforço de 2.500€. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro perguntou ao vereador Landeiro se podia especificar o reforço da receita de cerca de 50.000€, em cada uma das rubricas do primeiro quadro. Em segundo lugar, solicitou esclarecimento quanto ao total do resultado negativo dos SMAT, que em 2014, totalizava 91.600€, valor que seria ainda compensado pela Câmara, assim como, no ano de 2013, os serviços de águas já tinham um resultado negativo de 132.000€, que não tinha sido compensado no ano seguinte. Portanto, tinham um acumulado de resultados negativos dos SMAT de aproximadamente 200.000€. Contudo, o aumento de receitas verificado era de 244.000€, o que à partida faria entender que seria possível colmatar os resultados negativos dos SMAT, dos últimos dois anos e ficar com um saldo positivo de 44.000€. -----

O vereador António Landeiro respondeu que ainda não sabia precisar o resultado mas que o orçamento era elaborado com base na média dos dois últimos anos e face ao aumento do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

consumo dos meses de junho e julho, foi preciso rever os valores. Também existiam atrasos nos pagamentos relativos ao saneamento mas que, atualmente, estavam retificados.-----  
---

Novamente no uso da palavra, o membro Raúl Cordeiro questionou de onde vinha o aumento de receita do saneamento, no valor de 50.000€.-----

O vereador Landeiro disse que era referente às cobranças. Havia muitos clientes dos SMAT que pagavam a 60 e a 90 dias e as situações eram complicadas. Também as empresas pagavam a 60 e 90 dias e por vezes atrasavam-se. Depois era necessário ajustar e corrigir contas. Outra rubrica que aumentou foi relativa aos passes escolares, visto terem aumentado o número de alunos a utilizar o transporte escolar.-----  
-----

Neste momento saiu da sala Fernando Areias.-----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 7 votos contra (PS- Luís Testa não votou porque não estava na sala), 4 abstenções (2-CDU - Não votaram Hugo capote e Diogo Júlio que não estavam na sala) + Jorge Isidro e 1-PSD (Cristóvão Crespo) e 11 a favor (CLIP- Luís Barata não votou porque não estava na sala) em 22 presenças, aprovar a 1.ª revisão ao orçamento dos SMAT.-----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, com 14 abstenções (4-CDU, 8-PS Jorge Isidro e 1-PSD) e 12 a favor (CLIP) em 26 presenças, aprovar a 1.ª revisão ao plano plurianual dos SMAT.

### **6 – Estratégia de reabilitação urbana (ERU) para o centro histórico de Portalegre; Conversão da área crítica de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU) em área de reabilitação urbana (ARU) – alteração;**

- Deliberação de 24.08.2015 -

*Presente informação n.º 207, de 18 de agosto de 2015 da DOPGU, relativamente à estratégia da reabilitação urbana (ERU) para o centro histórico de Portalegre - Conversão da área crítica de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU) em área de reabilitação urbana (ARU) - alteração. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aceitar a proposta de alteração. -----*

A Presidente da Câmara informou que era apenas uma alteração da área, envolvendo o espaço Robinson que era um espaço classificado e que não estava dentro da área de reabilitação urbana.-----  
-----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, em 26 presenças, aprovar a estratégia de reabilitação urbana para o centro histórico de Portalegre.

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que, aquando da votação do ponto n.º 7, o qual tinha passado a n.º 4, o próprio estava presente na sala e conforme foi dito pela Presidente da Assembleia Municipal a mesma não viu o seu voto; disse que iria repetir a votação e não fazer uma recontagem mas depois, percebendo que o resultado da votação não seria aquele de acordo com o que a própria tinha votado, impediu a repetição da votação, mas nem a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

recontagem tinha feito. Estranhou porém que o tenha autorizado a fazer a declaração de voto, sobre um ponto em que, supostamente, ele nem estaria na sala. -----

A Presidente da Mesa deixou expresso que se o membro Luís Testa ouvir a gravação áudio constatará que na sala estavam 26 pessoas presentes e que o mesmo não estava na sala.

Quanto à declaração de voto, aceitou-a pois não era pessoal, mas sim em nome do PS. -----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro chamou a atenção à Mesa, declarando ter visto o membro Luís Testa à porta da sala, na altura da votação do ponto em causa. -----

### **Aprovação em minuta:**

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por maioria, com 8 votos contra (7 - PS e Jorge Isidro) e 16 a favor (4 - CDU, 12 - CLIP, 1 - PSD, 1 PS (Conceição Grilo), em 26 presenças na sala. -----

FALTAS: Faltou o membro Fátima Antunes (PSD). -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 9.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01.15 h, do dia 29 de setembro do ano de 2015 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

Jorge Manuel Martins Isidro Domingues  
Rua D. Antonio Ferreira Gomes nº4  
7 300 – 440 Portalegre

Sr. Nuno  
Para o 2º ponto independente  
de ATE  
JPM  
01/20/2015

A/C

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da  
Assembleia Municipal de Portalegre  
Dr.º Jorge Manjerona

Na qualidade de Membro da Assembleia Municipal como independente envio a Vexa. a minha posição em relação ao segundo ponto da ordem do dia, **Serviços Municipalizados de Aguas e Transportes/Opções – Caminhos a tomar**, da Assembleia Municipal a realizar em 27 de Outubro de 2014.

Solicito que diligencie no sentido de que todos os membros da Assembleia Municipal de Portalegre tenham conhecimento do documento antes da realização da mesma.

Tomei esta iniciativa por não ter tempo para intervir nas Assembleias Municipais e considerar que mais importante que os tempos atribuídos a cada um, é o dever de colocar as nossas opiniões e de uma forma democrática conseguir consensos para a resolução dos problemas, todos devemos participar de forma construtiva com ideias para ajudar o nosso concelho a ter esperança no futuro,

### **A minha posição em relação ao documento apresentado pelos Serviços Municipalizados de Aguas e Transportes/Opções – Caminhos a tomar**

#### **Introdução:**

Após leitura do documento quero em primeiro lugar felicitar os responsáveis pela sua elaboração, é um documento que vai ao encontro daquilo que defendo, transparência, sentido de responsabilidade e uma preocupação na aplicação dos dinheiros públicos.

É um documento que permite a quem o analisar, perceber a situação dos Serviços Municipalizados de Aguas e Transportes.



Todos temos a consciência de que a situação do concelho de Portalegre é hoje bem diferente da que existia a poucos anos atrás, quer ao nível da receita quer ao nível do trabalho a realizar.

Temos a Autarquia com uma dívida elevadíssima, uma organização muito pesada e com elevadíssimos custos de funcionamento, como é por exemplo o edifício da Câmara Municipal de Portalegre com uma manutenção diária com toda a certeza elevada.

Tudo isto contribui para que o executivo não tome as melhores decisões de gestão, como se pode concluir na análise efectuada ao documento apresentado, onde facilmente se percebe que a Câmara Municipal de Portalegre se está a aproveitar dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, são estes serviços que estão a suportar um conjunto de despesas que são da responsabilidade da Câmara Municipal.

Perante o que referi facilmente chego, a conclusão de que é urgente fazer uma análise a toda a organização da Câmara Municipal de Portalegre, cujo objectivo é criar uma organização mais simples, mais eficiente e mais satisfatória quer para a população quer para os trabalhadores.

Para que esse trabalho seja feito de uma forma mais correcta é necessário que o executivo da Câmara Municipal de Portalegre elabore um documento idêntico ao apresentado pelos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes.

Pelo exposto e pelo conhecimento que temos da realidade, temos a consciência de que é urgente fazer alguma coisa e as decisões por muito difíceis que sejam tem de ser tomadas, porque caso não sejam, irão contribuir para uma desgraça no futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, já alguém dizia que mais vale uma má decisão que uma decisão adiada.

Com sentido de responsabilidade e de uma forma humilde quero contribuir para a resolução do problema, tendo a consciência de que não sou dono da verdade nem tem de ser a minha ideia a prevalecer, mas sim a contribuir para a obtenção das melhores soluções.

Nesse sentido atrevo-me a apresentar algumas ideias.

Por tudo anteriormente referido considero que não faz sentido que os Serviços Municipalizados de Águas e Transportes estejam fora da Câmara com uma estrutura própria, entendo que devem ser integrados na estrutura da Câmara Municipal de Portalegre e organizados como um outro qualquer pelouro.

## **Sistema de transportes**

### **Linha azul eléctricos**

Temos uma frota com 3 mini autocarros eléctricos com uma média de idade de 10 anos, com uma diminuição de passageiros de ano para ano, tendo de sido registada uma redução de passageiros no ano de 2005 (86.364) para o ano de 2013 (46.148) de 40.216 passageiros, uma quebra perto dos 50%, no ano de 2014 não vamos atingir os 40.000.00 passageiros o que quer dizer que em relação ao ano de 2005 temos menos cerca de 50% dos passageiros, o que dará cerca de 111 passageiros por dia.

### **Mini Autocarros**

Temos uma frota com 2 mini autocarros com uma media de idades de 9 anos,

### **Linha Urbanos – Standard**

Temos uma frota com 7 veículos, 2 deles com 27 anos, 1 com 22 e outro com 17, sendo a média de idades de 17 anos.

Também aqui existiu uma enorme quebra nos passageiros transportados, de ano para ano, temos assistido a uma redução de passageiros, no ano de 2005 (690.729) para o ano de 2013 (367.459), registamos uma diminuição de 323.270 passageiros, mais de 50% em relação a 2005, no ano de 2014 dificilmente vamos atingir os 300.000 passageiros o que quer dizer que continuamos a perder passageiros.

### **Serviço Ocasional**

Temos uma frota com 3 veículos, com 8,5 e 3 anos, sendo a média de idades de 7,3 anos.

Também aqui existiu uma enorme quebra nos passageiros transportados, tendo de sido registada uma redução de passageiros no ano de 2007 (67.870) para o ano de 2013 (32.762) de 35.108 passageiros, uma diminuição de mais de 50% de passageiros transportados, no ano de 2014 dificilmente vamos atingir os 38.000 passageiros.

**Em relação ao sistema de transportes podemos concluir o seguinte:**

Que temos uma frota velha, com enormes necessidades de manutenção e com necessidade de renovação.

Temos perdido passageiros ano após ano, temos neste momento a transportar menos de 50% dos passageiros que transportávamos a alguns anos, o que quer dizer que as receitas foram substancialmente reduzidas e as despesas não acompanharam essa realidade, por essa razão os resultados líquidos tem sido negativos, conforme consta no documento á 4 anos consecutivos, tendo de 2010 para 2013 tido um aumento negativo de mais de 120.000.00€, fixando-se em 2013 em 321.191,19€ negativos.

Perante este cenário é necessário fazer alguma coisa, tem de ser tomada uma decisão, não é admissível que o sistema de transportes continue a dar prejuízo, não tendo condições financeiras para comprar novas viaturas, não sendo possível equilibrar as receitas e as despesas, tem de optar por outra solução, alias como já foi feito por outras autarquias como por exemplo, Beja, Évora, etc. deve-se procurar um parceiro especializado neste tipo de serviços e analisar quais as condições que esta disponível a dar para efetuar o serviço.

Tendamos nós, neste momento a possibilidade de nos aconselharmos e auscultarmos as autarquias que já optaram por este sistema, para retificar erros que foram detetados.

Sendo esta a opção deve ser tido em conta a estabilidade dos funcionários.

## **Sistema de Estacionamento/trânsito/Sinalização**

### **Estacionamento subterrâneo**

Os 2 parques subterrâneos têm aproximadamente 150 lugares cada e são geridas pelos SMAT.

A partir do ano 2012 tem vindo ano após ano a perder viaturas, em 2012 ambos, tiveram 107.790 viaturas e em 2013, 69.167 viaturas, registaram uma quebra de 38.623 viaturas.

### **Estacionamento de Superfície**

Funciona desde 2007 com aproximadamente 1.360 lugares e esta concessionado á empresa RESOPRE até 2015.

Do ano 2011 (146.259,47€) para o ano 2012 (134.980,76€) também apresentou uma redução no valor arrecadado pelos SMAT em cerca de 11.278.71€.

No documento elaborado pelos SMAT em relação a esta matéria, concluo que existe uma enorme vontade dos autores do documento que a exploração do estacionamento quer á superfície quer subterrâneo passe a ser feita pela Resopark.

Fundamento a minha conclusão nas observações efectuadas, tendo para o estacionamento a superfície argumentado, que a diminuição poderá estar relacionada com a atividade socioeconómica que afeta os munícipes de Portalegre, para o estacionamento subterrâneo, não existe crise mas sim enormes esforços para uma gestão mais eficiente.

Na minha opinião o que contribui para uma fraca procura dos parques subterrâneos tem a ver com a sua localização e com o fato da pessoas preferirem estacionar a superfície.

### **Em relação ao Sistema de Estacionamento**

Tenho uma posição diferente da que tenho em relação aos transportes e embora defenda a privatização de serviços, neste caso, entendo que

devem ser os Serviços Municipalizados de Aguas e Transportes a explora o estacionamento:

Justifico esta minha preferência pelo facto de autarquia estar a entregar 45% da receita, tendo a oportunidade de ficar com ela sem praticamente crescer despesa.

No caso do ano de 2011 entregou a Resopark 119.666,84€ e em 2012 entregou 110.438,80€, se a opção for a exploração do estacionamento pelos Serviços Municipalizados e uma vez que não terá de fazer investimento nem acrescentar custos a exploração e a manter-se o estacionamento com os números de 2012, terá um acréscimo de receita de 110.000,00€.

Para isso acontecer é suficiente não renovar o contrato com a Resopre e optar pela gestão do estacionamento.

Se for esta a opção, considero que a autarquia tem funcionários em número suficiente para assegurar o serviço de fiscalização sem crescer custo.

No que diz respeito aos equipamentos, é suficiente assinar um contrato de manutenção.

Porque, no referido contrato é referido no **ponto 9 – os casos e situações omissas do presente contrato serão dirimidas nos termos previsto no caderno de encargos e ainda pelo estabelecido na legislação especialmente aplicável,**

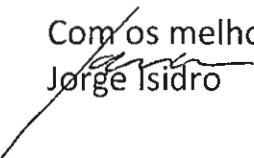
Ora no caderno de encargos no **artigo 5º Equipamentos, diz, Findo o prazo da concessão todo o equipamento instalado reverte para a posse plena dos serviços Municipalizados de água e transportes da Camara Municipal de Portalegre, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indemnização.**

Dito isto no final do contrato os equipamentos são propriedade serviços Municipalizados de água e transportes da Camara Municipal de Portalegre e estamos a aproximar-nos de um período em que isso pode ser possível.

Como sabem o contrato de concessão assinado com a Resopre no ponto 3, refere que a concessão é feita pelo prazo de 8 anos, prorrogável por períodos iguais, se não houver denúncia por qualquer das partes com a antecedência mínima de 30 dias, seguidos, antes do termo do prazo sem quaisquer contrapartidas e independentemente de justa causa.

Tendo sido o contrato assinado aos 16 dias do mês de Agosto do ano de 2007 a sua renovação ou não, fará se á em 2015.

Estamos a aproximar-nos do momento da decisão.

Com os melhores cumprimentos,  
  
Jorge Isidro

2

Jorge Manuel Martins Isidro Domingues  
Rua D. Antonio Ferreira Gomes nº4  
7 300 – 440 Portalegre

Sr. Nunes  
Parecer favorável  
interpenhido de Ato  
01/10/2015

A/C  
Exmo. Senhor Presidente da Mesa da  
Assembleia Municipal de Portalegre  
Dr.º Jorge Manjerona

Na qualidade de Membro da Assembleia Municipal como independente envio a Vexa. a minha posição em relação ao Primeiro ponto da ordem do dia, **documento estratégico para o desenvolvimento de Portalegre**, da Assembleia Municipal a realizar em 27 de Outubro de 2014.

Solicito que diligencie no sentido de que todos os membros da Assembleia Municipal de Portalegre tenham conhecimento do documento antes da realização da mesma.

Tomei esta iniciativa por não ter tempo para intervir nas Assembleias Municipais e considerar que mais importante que os tempos atribuídos a cada um, é o dever de colocar as nossas opiniões e de uma forma democrática conseguir consensos para a resolução dos problemas, todos devemos participar de forma construtiva com ideias para ajudar o nosso concelho a ter esperança no futuro,

**A minha posição em relação ao documento estratégico para o desenvolvimento de Portalegre apresentado pela CDU**

Concordo na generalidade com o preambulo apresentado na proposta da CDU, no entanto tenho de referir que a entrada na comunidade europeia a abertura das fronteiras e a livre circulação de pessoas e bens veio alterar o

funcionamento dos países e aumentar a concorrência entre eles, as empresas que são o grande motor para a criação de postos de trabalho e riqueza nos seus territórios tem hoje enorme concorrência.

E os países que não estavam preparados para esta alteração tiveram mais dificuldades em se adaptar e criaram enormes problemas as suas empresas, com é o caso de Portugal, que tem ao longo dos anos vindo gradualmente a adaptar-se, melhorando a justiça, melhorando o processo burocrático, melhorando o código do trabalho etc. mas que ainda não é suficientemente atrativo aos investidores externos.

Nos dias de hoje as empresas para competir na união europeia tem de ser competitivas, tem de ter grande produtividade e isso só é possível se, se modernizarem, se tiverem por exemplo uma carga fiscal, o preço da eletricidade, a simplificação de processos burocráticos idênticos aos outros países, o que infelizmente ainda não acontece.

E obviamente que será cada vez mais difícil captar investimento estrangeiro se o país não oferecer iguais ou melhores condições que os outros e para que isso seja possível é necessário um conjunto de reformas e de medidas que tem sido sucessivamente adiadas.

No que diz respeito ao nosso território, localizado no interior do país considero praticamente impossível captar investimento estrangeiro, como referido anteriormente, com a entrada na comunidade europeia tudo se alterou, incluindo a estratégia por parte do poder central em relação ao interior do país que ano apos ano fica com menos serviços públicos, menos pessoas e menos investimento por parte do poder central, como é o caso referido pela proposta apresentada que refere e paço a citar ” como exemplo mais recente dessa discriminação negativa o “Plano



Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI)" que inclui o plano de investimentos nacionais para a próxima década, como uma estratégia de "crescimento, competitividade e coesão – para que tudo fique mais perto", o PETI tem uma linha dedicada ao distrito de Portalegre e à sua cidade capital de distrito."

Pelo exposto, entendo que chegou o momento de sermos nós a resolver os nossos problemas e deixar de ficar a espera que outros o façam por nós, como tem acontecido ao longo dos anos, porque isso dificilmente vai acontecer.

Nesse sentido atrevo-me a apresentar um conjunto de ideias e dessa forma a colaborar na solução.

Defendo um trabalho de âmbito distrital preparado ao detalhe onde seriam chamados a participar em cada conselho todas as entidades e população em geral.

Tenho a consciência que será bastante difícil e não sei se neste momento as várias pessoas envolvidas na gestão das autarquias do Distrito estariam disponíveis para estes projetos.

Mas fico disponível para caso alguém entenda poder ser útil a colaborar.

Pelo exposto vou propor o mínimo mas que considero de extrema importância:

As várias autarquias do distrito devem identificar quais as infraestruturas indispensáveis para os seus territórios, (dou como exemplo em Portalegre a escola de formação da GNR e os politécnicos) e elaborar um documento

conjunto, onde demonstrassem a importância dessas instituições e as consequências que provocariam ao território a sua saída.

Deveriam também analisar de uma forma integrada as infraestruturas que são necessárias para este território e demonstrar as vantagens que essas infraestruturas traziam.

Defendo a construção deste documento por entender que só unidos teremos voz e seremos ouvidos junto do poder central e ao entregar o documento ao Governo teríamos sempre argumentos para reivindicar quer as infraestruturas já existentes quer as que entendemos serem necessárias.

Por considerar que devemos ser nós a resolver os nossos problemas e que teremos muita dificuldade em captar investimento externo, considero que devemos apostar no que é nosso, no que sabemos fazer, no que temos e os outros não, e marcar a diferença com isso. Obviamente que o ideal seria com o distrito integrado a criar sinergias entre os vários conselhos a criar condições para que as pessoas circulassem no distrito pelos vários conselhos, mas como referido anteriormente considero isso difícil, por essa razão vou direcionar-me para o nosso conselho:

Considero imprescindível que se faça uma reestruturação ao funcionamento da autarquia e dos serviços municipalizados com o objetivo de reduzir custos e aumentar a eficácia e a produtividade e justifico esta minha proposta, pela elevada dívida da autarquia e porque a situação do nosso território é hoje bem diferente daquela que existia anteriormente, quer ao nível de receitas, quer ao nível de volume de trabalho.

Considero indispensável a criação de um novo departamento na autarquia, cujo nome seria *Departamento do desenvolvimento económico*, mas ter o departamento não resolve os nossos problemas é necessário que seja liderado por alguém que perceba do assunto e saiba o que esta a fazer.

Este departamento teria duas vertentes:

O apoio direto ao Empreendedor e a quem pretendesse investir, com o Gabinete de apoio ao empreendedor/Investidor, estarei sempre disponível para de uma forma detalhada explicar como entendo que deveria funcionar este gabinete, servindo-me da minha experiencia empresarial de mais de 25 anos a enfrentar dificuldades.

E o de procurar através das nossas tradições, dos nossos produtos endógenos, do nosso clima, da nossa cultura religiosa e cultural, desenvolver um plano estratégico em conjunto com os empresários os vários partidos políticos, sindicatos, as nossas associações e coletividades e as várias organizações e a sociedade civil, e criar condições para que o nosso conselho tenha movimento e traga junto de si as pessoas. Tendo a consciência de que aqui ao lado temos a nossa vizinha Espanha com milhares de potenciais clientes que já demonstraram que se oferecermos qualidade estão disponíveis para nos visitar.

Considero este departamento importante porque não existe nenhum território que se desenvolva, sem investimento e criação de empresas, é através desta aposta que teremos mais emprego e mais riqueza. Estarei igualmente disponível para caso entendam de um aforma detalhada explicar como entendo dever ser construído este plano.

Não sendo esta a aposta, muito sinceramente não vejo com esperança o futuro deste território, mas aguardo com expectativa as ideias apresentadas para ajudar este território, as pessoas que nele residente e o que pode oferecer a quem o visita.

A Autarquia tem de olhar para os empresários como parceiros e estar disponível para ao lado de cada um trabalhar na procura de soluções.

Todos sabemos que os politécnicos estão a perder alunos que estão a ser captados pelas universidades, então porque é que não se tenta junto das várias universidades que pelo menos uma delas crie aqui um polo, captando dessa forma alunos e criando condições para que os alunos do interior tenham oportunidade se for esse o seu desejo de frequentar a Universidade.

Aqui deixo algumas ideias que considero importantes para o desenvolvimento do nosso território.

Com os melhores cumprimentos,

  
Jorge Isidro